

A atribuição de efeitos prospectivos à decisão de inconstitucionalidade em matéria tributária em face da recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Paulo Roberto Lyrio Pimenta*

1 Delimitação do tema

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem caminhando cada vez mais no sentido de permitir a atribuição de efeitos prospectivos às decisões de inconstitucionalidade em determinadas situações. No julgamento do Recurso Extraordinário 197.917, por exemplo, a Corte reconheceu a inconstitucionalidade de lei local que fixava o número de vereadores do município de Mira Estrela-SP, todavia, em atenção ao princípio da segurança jurídica, outorgou efeitos *pro futuro* à declaração incidental de inconstitucionalidade.¹ No mesmo ano, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.022, pela primeira vez em sua história, o Pretório Excelso conferiu à pronúncia de inconstitucionalidade em controle abstrato eficácia prospectiva, aplicando o art. 27 da Lei 9.868/1999.²

O Tribunal, destarte, tem seguido de forma bastante acentuada a trilha da flexibilização dos efeitos no tempo da declaração de inconstitucionalidade.

O propósito deste trabalho é examinar a possibilidade de manifestação dessa tendência jurisprudencial no campo tributário, o qual, tendo em vista os inúmeros problemas gerados pela declaração de inconstitucionalidade da norma jurídico-tributária, apresenta diversas peculiaridades.

2 Os efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade no ordenamento brasileiro

No Direito brasileiro inexistia previsão constitucional expressa acerca dos efeitos no tempo da decisão de inconstitucionalidade. Por influência da jurisprudência tradicional do Supremo Tribunal Federal, que sempre se inclinou no sentido da admissão da eficácia *ex tunc*, abalizada corrente doutrinária passou a defender a existência do princípio constitucional implícito da nulidade da norma inconstitucional. A partir do final dos anos sessenta, foram surgindo no campo doutrinário alguns estudos defendendo a possibilidade de flexibilização desse posicionamento,³ com a atribuição de eficácia *ex nunc* às decisões de inconstitucionalidade. No início da década de setenta o Pretório Excelso reconheceu a possibilidade de relativização dos efeitos temporais do provimento em exame, contudo, com o passar dos anos, resistiu em consolidar essa tendência.

Finalmente, em 10/11/1999 foi promulgada a Lei 9.868/1999, regulando o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, prescrevendo a possibilidade de manipulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade em seu art. 27, cujo conteúdo é o seguinte: “ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado”.

Tal dispositivo, que teve a sua constitucionalidade questionada por meio de duas ações diretas, ainda pendentes de apreciação na Corte Maior; inovou, desse modo, o nosso ordenamento, ao outorgar competência ao Pretório Excelso para relativizar a eficácia retroativa da decisão de inconstitucionalidade.

*Doutor em Direito Tributário pela PUC-SP, mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia, onde leciona, como professor adjunto, nos cursos de Doutorado, Mestrado e de Graduação. Juiz federal na Bahia.

¹ STF, RE 197.917, Rel. Min. Mauricio Corrêa, DJ 07/05/2004.

² STF, ADIn 3.022, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 04/03/2005.

³ Cf. por todos, Bittencourt, 1968: 148-149.

dade diante da presença de pressupostos formais e materiais. Admitiu o legislador, portanto, essa possibilidade, adotando, contudo, as cautelas necessárias ao seu exercício de maneira moderada.

Essa novidade acabou acendendo o debate sobre o tema dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade⁴ na doutrina, e, principalmente, na jurisprudência.

No âmbito do Pretório Excelso, em diversos julgamentos, realizados após a promulgação da aludida lei, tentou-se implementar o mencionado art. 27, sem obter êxito. Finalmente, em 2004, após uma série de discussões, a Corte acabou, por maioria de votos, admitindo a possibilidade de aplicação desse dispositivo, tendência que acabou se consolidando, como será adiante examinado.

3 Os efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

A jurisprudência do Pretório Excelso, por influência do Direito Constitucional norte-americano — que inspirou o surgimento do nosso sistema de controle de constitucionalidade — entende há bastante tempo que a decisão de inconstitucionalidade apresenta eficácia *ex tunc*.⁵

Esse posicionamento foi flexibilizado em alguns julgados.

No primeiro deles, a Corte debruçou-se sobre os efeitos de uma lei do Estado de São Paulo, de 03/12/1971, que possibilitava servidores públicos do Poder Executivo atuarem como oficiais de justiça.

Esse diploma normativo teve a sua invalidade declarada em 21/03/1973, no julgamento da Representação de Inconstitucionalidade 832. Posteriormente, determinado cidadão, ao ter movida contra si ação de execução, argüiu a nulidade da penhora, alegando ter sido este ato processual praticado antes do julgamento do STF, realizado por serventário irregularmente investido no exercício da função de oficial de justiça, posto que a lei que possibilitava essa atuação fora invalidada. Essa discussão chegou ao Tribunal por meio do julgamento do Recurso Extraordinário 78.209, realizado em 04/06/1974, ocasião em que se aplicou a teoria do funcionário de fato para reconhecer a validade da penhora.⁶

Três dias após essa decisão, a Segunda Turma do Pretório Excelso enfrentou o mesmo tema, julgando caso semelhante, que também versava sobre a validade de penhora realizada por oficial de justiça do Estado de São Paulo, investido na função por meio da lei supracitada. Nesse julgado, o tema dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade foi examinado com profundidade, pela primeira vez na história. O Ministro Relator, Bilac Pinto, sustentou que os efeitos da declaração de inconstitucionalidade não poderiam ser sintetizados numa regra única, aplicável para todos os casos. Ao seu sentir, seria necessário analisar, de um lado, a inconstitucionalidade declarada, e, de outro, a natureza da lei impugnada (de Direito Administrativo e de Processo Civil), para resolver a questão da nulidade ou validade dos atos praticados pelos aludidos oficiais de justiça. Assim, a definição dos efeitos no tempo da decisão deveria levar em consideração os princípios desses ramos do Direito. Com base nessa premissa, sustentou-se, então, a aplicação da teoria do funcionário de fato, oriunda do Direito Administrativo, e a regra do art. 278 do CPC, diante da ausência de prejuízo para o administrado, capaz de ensejar a declaração de nulidade, considerando-se válidos, portanto, os atos processuais epígrafados. Com base nesses fundamentos, foi reconhecida a validade de atos jurídicos realizados sob a égide de lei posteriormente declarada inconstitucional, flexibilizando-se, destarte, a jurisprudência acerca da nulidade abso-

4 Em estudo anterior, já manifestamos o nosso entendimento de que a decisão de inconstitucionalidade não deve importar necessariamente na pronúncia de nulidade, porque os efeitos produzidos pela norma inconstitucional (eficácia de fatos jurídicos) muitas vezes são protegidos por outros princípios constitucionais, podendo surgir, assim, uma tensão entre princípios, que deverá ser solucionada mediante a aplicação do princípio da proporcionalidade em sentido estrito. (Pimenta, 2002: 93-94.)

5 STF, RE 49735, 2ª Turma, Rel. Min. Pedro Chaves, DJ 08/06/1966; ADIn 577, Rel. Min. Octavio Gallotti, DJ 08/03/1996; ADIn 1.710, Rel. Min. Sydney Sanches, DJ 03/09/1999; Rp 971, Rel. Min. Djaci Falcão, DJ 07/11/1978; Rp 1.016, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 26/10/1979.

6 STF, RE 78.209, 1ª Turma, Rel. Min. Aliomar Baleeiro, pub. em 09/10/1974.

luta da lei inconstitucional.⁷

Idêntico posicionamento foi adotado, novamente, pela Primeira Turma do Tribunal, no julgamento do Recurso Extraordinário 79.628,⁸ cujo objeto era a mencionada lei paulista.

O tema dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade voltou a ser discutido pela Corte em 1977, no julgamento do Recurso Extraordinário 79.343, oportunidade em que o Ministro Relator, Leitão de Abreu, sustentou a natureza constitutiva da decisão de inconstitucionalidade e a possibilidade de flexibilização dos seus efeitos temporais. Esse posicionamento, todavia, não logrou acolhida no âmbito do órgão jurisdicional em que foi defendido.⁹

Na década de oitenta a Segunda Turma julgou, em sede de recurso extraordinário, o caso que envolvia magistrado do Estado de Minas Gerais, o qual havia averbado, com fundamento no art. 104 da Constituição Estadual, tempo de serviço prestado em sociedade de economia mista, que lhe assegurava a percepção de uma gratificação adicional. Esse dispositivo constitucional foi posteriormente declarado inconstitucional pelo Pretório Excelso, em controle difuso, sendo então retirado do ordenamento pela Resolução 34, de 08/10/1973, editada pelo Senado Federal. A partir de então a aludida gratificação deixou de ser paga ao juiz estadual que, inconformado, recorreu ao STF. Na resolução da demanda, a Corte entendeu que a garantia constitucional da irredutibilidade dos vencimentos não poderia ser afetada pela modificação na forma de contagem do tempo de serviço, flexibilizando, destarte, a atribuição dos efeitos retroativos à declaração de inconstitucionalidade.¹⁰

Nova discussão envolvendo magistrados estaduais foi enfrentada pela Segunda Turma em 1994. O Estado de Minas Gerais interpôs recurso extraordinário para reformar acórdão que havia assegurado aos magistrados mineiros o direito de não restituírem

vantagens pecuniárias percebidas em razão de norma viciada, bem como de continuarem auferindo esta retribuição pecuniária. O apelo foi provido em parte pela Corte, para reconhecer o direito à não-devolução, sob o fundamento de que violava a garantia constitucional da irredutibilidade, que seria intangível em face da declaração de inconstitucionalidade da lei que determinava o pagamento dessa verba. Reconheceu-se, assim, o caráter prospectivo da decisão de inconstitucionalidade, negando-se, porém, o direito à manutenção do pagamento, eis que efetuado com base em norma eliminada do sistema.¹¹

Veio a lume, então, em 1999, a Lei 9.868, cujo art. 27, como salientado anteriormente, outorga competência ao STF para manipular os efeitos temporais da pronúncia de inconstitucionalidade. Esse dispositivo foi impugnado por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 2.288 e 2.154, ainda pendentes de apreciação pela Corte, vale reafirmar.

Com o advento dessa inovação legislativa, surgiram tentativas de sua aplicação pela Corte Maior, tanto no âmbito das Turmas¹² como no do Tribunal Pleno,¹³ sem obterem sucesso.

Em 2004, o Tribunal, de maneira expressa, de maneira inédita, limitou os efeitos temporais da pronúncia de inconstitucionalidade no mesmo processo em que tal decisão foi proferida. Vale dizer, nos precedentes acima analisados, o tema dos efeitos no tempo da decisão de inconstitucionalidade foi examinado pela Corte Maior em processo distinto daquele em que foi declarada a inconstitucionalidade da lei, ao julgar a irresignação dos sujeitos atingidos pela atribuição de eficácia retroativa à pronúncia de inconstitucionalidade. Foi o que ocorreu com as partes do processo de execução (caso dos oficiais de justiça) e dos magistrados mineiros.

A inovação em tela ocorreu no julgamento do Recurso Extraordinário 197.917, realizado pelo Tribunal Pleno e publicado em 07/05/2004. Nesse julgamento, impugnava-se decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que havia reformado decisão de

⁷ STF, RE 78.594, 2ª Turma, Rel. Min. Bilac Pinto, pub. em 30/10/1974.

⁸ STF, RE 79.628, 1ª Turma, Rel. Min. Aliomar Baleeiro, pub. em 11/12/1974.

⁹ STF, RE 79.343, 2ª Turma, Rel. Min. Leitão de Abreu, pub. em 02/09/1977.

¹⁰ STF, RE 105.789, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Madeira, DJ 09/05/1986.

¹¹ STF, RE 122.202, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ 08/04/1994.

¹² RE 256.588, 2ª Turma, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ 30/10/2002.

¹³ ADIn 1.498, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 13/12/2002.

primeiro grau, a qual tinha julgado procedente o pedido formulado pelo Ministério Público Estadual para reconhecer a inconstitucionalidade de Lei Orgânica 226/1990 do Município de Mira Estrela, que havia fixado o número de vereadores em desacordo com o critério previsto pelo art. 29, IV, da CF. A decisão monocrática reduziu de onze para nove o número de parlamentares do legislativo municipal, decretou a extinção do mandato do número excedente e condenou os vereadores excedentes a devolver ao erário os subsídios indevidamente percebidos. Essa decisão foi reformada pelo TJ/SP, que reconheceu a constitucionalidade da norma municipal impugnada. O caso, então, foi submetido à apreciação da Corte Maior, tendo o Ministro Relator reformado a decisão de 2º grau de jurisdição, com fundamento na existência de inconstitucionalidade na lei municipal epígrafada. No entanto, entendeu que o juiz não poderia alterar o conteúdo da norma impugnada, por se tratar de matéria sujeita à competência do Poder Legislativo Municipal. Posicionou-se, assim, pela declaração de inconstitucionalidade incidental, devendo a adequação do número de vereadores ser realizada, após o trânsito em julgado, pela Câmara de Vereadores. Nesse particular, o Ministro Gilmar Mendes divergiu, alegando que a hipótese era de adoção de eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, em controle difuso, posição que foi encampada pela maioria dos votos dos julgadores. Proclamou-se, afinal, a inconstitucionalidade da lei local com eficácia para o futuro, tendo em vista a existência de uma “situação excepcional em que a declaração de nulidade, com seus normais efeitos *ex tunc*, resultaria grave ameaça a todo o sistema vigente”. Afirmou-se, assim, a “prevalência do interesse público para assegurar, em caráter de exceção, efeitos *pro futuro* à declaração de inconstitucionalidade”.¹⁴ Inaugurou-se, desse modo, a atribuição de eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade no controle difuso, restringindo-se, finalmente, a jurisprudência da nulidade da pronúncia de inconstitucionalidade com eficácia retroativa.¹⁵

¹⁴STF, RE 197.917, Rel. Min. Mauricio Corrêa, DJ 07/05/2004.

¹⁵Em outros julgamentos, que versavam sobre idêntica matéria, a Corte adotou o mesmo posicionamento, atribuindo efeitos prospectivos à declaração de inconstitucionalidade (STF, RE 273.844, Rel. Mauricio Corrêa, DJ 21/05/2004; RE 199.522, Rel. Mauricio Corrêa, DJ 11/06/2004; RE 300.343, Rel. Mauricio Corrêa, DJ 11/06/2004).

Avançando por essa trilha, posteriormente tal posicionamento foi abraçado em sede de controle abstrato, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.022, proposta pelo Procurador-Geral da República, impugnando o art. 45 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a Lei Complementar gaúcha 10.194/1994, por estenderem ao servidor público a assistência judiciária do Estado, quando processado civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no exercício regular de suas funções, violando, desse modo, os arts. 134 e 5º, LXXIV, da Constituição Federal. O Ministro Relator, Joaquim Barbosa, julgou parcialmente procedente o pedido, reconhecendo a existência de inconstitucionalidade apenas na alínea *a* do Anexo II da lei complementar epígrafada, entendendo que importava em ampliação das atribuições da defensoria pública, desvirtuando-se a sua missão constitucional e impondo-se o risco de não-concretização do direito à assistência jurídica. Considerando os eventuais prejuízos que decorreriam da pronúncia da nulidade da norma impugnada com efeitos *ex tunc*, entendeu o Relator limitar no tempo os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, com base no art. 27 da Lei 9.868/1999, sugerindo que a decisão somente produzisse efeitos a partir de 31/12/2004. Por unanimidade, reconheceu-se a inconstitucionalidade e, com relação aos efeitos temporais da decisão, o voto foi acompanhado por maioria, com as divergências dos Ministros Marco Aurélio e Eros Roberto Grau. Dessa maneira, a Corte acolheu de modo pioneiro, no controle abstrato, a tese da atribuição de eficácia *pro futuro* à decisão de inconstitucionalidade, aplicando expressamente o art. 27 da Lei 9.868/1999.¹⁶

No ano de 2005, em dois julgamentos o Pretório reafirmou novamente a possibilidade de manipulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade. No primeiro, em que se discutiu a inconstitucionalidade de lei que atribuía determinada gratificação aos servidores públicos do Estado do Amazonas, a Segunda Turma entendeu que “a lei inconstitucional nasce morta. Em certos casos, entretanto, os seus efeitos devem ser mantidos, em obséquio, sobretudo, ao princípio da boa-fé”.¹⁷ Flexibilizou-se, assim, os efei-

¹⁶STF, ADIn 3.022, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 04/03/2005.

¹⁷STF, AG. REG. no RE 328.232, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 14/06/2005.

tos no tempo da declaração de inconstitucionalidade. Outra decisão foi proferida por esse órgão no final do ano referenciado, reafirmando a possibilidade de manutenção dos efeitos dos atos praticados com base em normas inconstitucionais. O caso versava sobre desconstituição de ato administrativo que havia deferido, mediante concurso público, a progressão de servidores públicos. A Corte entendeu que “os princípios da boa-fé e da segurança jurídica autorizam a adoção do efeito *ex nunc* para a decisão que decreta a inconstitucionalidade. Ademais, os prejuízos que adviriam para a Administração seriam maiores que eventuais vantagens do desfazimento dos atos administrativos”.¹⁸ Vale dizer, aplicou-se a ponderação concreta de bens e interesses nesse julgado.¹⁹

4 Possibilidade de atribuição de eficácia prospectiva às decisões de inconstitucionalidade em matéria tributária

Analisando-se a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, evidencia-se que a Corte flexibilizou o seu entendimento acerca dos efeitos no tempo da decisão de inconstitucionalidade, admitindo a atribuição de efeitos prospectivos, em alguns casos, tanto no controle difuso quanto no abstrato, para salvaguardar determinados princípios constitucionais. Trata-se de posicionamento moderado, que importa em examinar o problema casuisticamente, verificando na situação fática objeto da decisão os valores que estão em jogo. Isso significa, em outras palavras, que se adotou, de maneira implícita, a técnica da ponderação concreta de bens e interesses. Verifica-se, também, que, malgrado o art. 27 da Lei 9.868/1999 seja objeto de duas ações diretas de inconstitucionalidade, tratando-se, pois, de norma *sub judice*, vem sendo

aplicada pelo Tribunal, de maneira expressa.

A questão que se põe é saber se essa tendência jurisprudencial também poderá se manifestar em matéria tributária.

Há uma série de problemas que poderão surgir em face da pronúncia de inconstitucionalidade da norma jurídico-tributária. Basicamente, as questões a serem enfrentadas pela jurisprudência irão variar conforme o conteúdo da norma impugnada e, por conseguinte, dos valores e interesses que gravitarão ao redor do caso concreto. Deseja-se afirmar, em outros termos, que a ponderação de bens²⁰ será a técnica a ser utilizada para resolução dessa problemática.

Convém, observar, no entanto, que os novos precedentes supracitados da Corte Maior foram produzidos em face de casos concretos em que se depարou com relação jurídica de direito público: no caso dos vereadores, relação entre agentes públicos e municipalidade; na ADIn 3.022, relação processual, e, nos demais casos, relação de direito administrativo. Em tais julgados, preocupou-se o Tribunal, acertadamente, a nosso ver, em preservar os interesses dos administrados, evitando-se que a pronúncia de inconstitucionalidade pudesse aniquilar direitos subjetivos dos cidadãos. Preservou-se, desse modo, os princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da confiança, relativizando-se, assim, a nulidade da norma inconstitucional.

Ora, na seara tributária tais princípios estão presentes de maneira marcante, podendo ingressar, dependendo do caso concreto, no juízo de ponderação de bens e interesses, a ser exercitado no momento da definição dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade. Como a tendência recente da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem sido a de tutelar os bens jurídicos relacionados com esses princípios, idêntico posicionamento poderá ser adotado diante da decisão de inconstitucionalidade da norma jurídico-tributária, o que significa que a atribuição de eficácia prospectiva poderá ser admitida tão-somente para proteger interesse do contribuinte, e não o do Fisco. Assim, por exemplo, se a Corte vier a declarar a inconstitucionalidade de norma instituidora de isen-

¹⁸STF, RE 442.683, 2ª Turma, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 24/03/2006.

¹⁹Em recente julgado, cujo acórdão ainda não foi publicado, em que se discutia a inconstitucionalidade do art. 2º, §1º, da Lei 8.072/1990, o Tribunal parece que voltou a debater o tema dos efeitos no tempo da decisão de inconstitucionalidade, suscitado pelo Ministro Gilmar Mendes. Decidiu-se, afinal, pela declaração de inconstitucionalidade, em controle difuso, sem alcançar as penas já extintas na data do julgamento, ou seja, com efeitos prospectivos. (Cf. STF, *Informativo* 372, 29/11 a 03/12/2004; 417, 20/02 a 03/03/2006, e 418, 06 a 10/03/2006).

²⁰Em nosso entendimento, a ponderação de bens e interesses equivale ao princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

ção, deverá conferir eficácia *pro futuro* à decisão, preservando a segurança jurídica e a boa-fé. Adotando-se essa recente jurisprudência, portanto, pode-se inferir que toda vez que a pronúncia de nulidade com efeitos *ex tunc* for capaz de gerar para o contribuinte uma situação mais gravosa, deverá ser rejeitada, conferindo-se efeitos prospectivos à decisão.

Idêntica conclusão pode ser inferida acerca da possibilidade de aplicação do art. 27 da Lei 9.868/1999 no campo tributário. Com efeito, esse dispositivo condiciona a flexibilização dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade à presença de dois pressupostos, em caráter alternativo: “razões de segurança jurídica” ou “excepcional interesse social”. A segurança jurídica no Direito Tributário visa proteger o contribuinte, assegurando-lhe a possibilidade de calcular e prever os efeitos jurídicos dos seus atos, a fim de que possa planejar e orientar a sua conduta no campo econômico. Já o interesse social a que se reporta a norma só pode ser o interesse da coletividade, o interesse público primário, e não o interesse da Administração. Não é possível, portanto, aplicar-se esse dispositivo para assegurar o interesse arrecadatório do erário, negando-se, por exemplo, a possibilidade de repetição de indébito em face da declaração de inconstitucionalidade da norma instituidora do tributo. Em suma, os pressupostos materiais autorizadores da manipulação dos efeitos no tempo da decisão de inconstitucionalidade condicionam no campo tributário o exercício dessa competência à proteção dos interesses dos administrados.

5 Conclusões

I) Analisando-se a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, evidencia-se que a Corte flexibilizou o seu entendimento acerca dos efeitos no tempo da decisão de inconstitucionalidade, admitindo a atribuição de efeitos prospectivos, em alguns casos, tanto no controle difuso quanto no abstrato, para salvaguardar determinados princípios constitucionais. Trata-se de posicionamento moderado, que importa em examinar o problema casuisticamente, verificando-se na situação fática, objeto da decisão, os valores que estão em jogo;

II) os novos precedentes do Pretório Excelso foram produzidos em face de casos concretos em que

se deparou com relação jurídica de direito público: no caso dos vereadores, relação entre agentes públicos e municipalidade; na ADIn 3.022, relação processual, e, nos demais casos, relação de direito administrativo. Em tais julgados, preocupou-se o Tribunal, acertadamente, em preservar os interesses dos administrados, evitando-se que a pronúncia de inconstitucionalidade pudesse aniquilar direitos subjetivos dos cidadãos. Preservou-se, desse modo, os princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da confiança, relativizando-se, assim, a nulidade da norma inconstitucional;

III) adotando-se a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se inferir que toda vez que a pronúncia de nulidade com efeitos *ex tunc* for capaz de gerar para o contribuinte uma situação mais gravosa, deverá ser rejeitada, conferindo-se efeitos prospectivos à decisão.

Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, Carlos Lúcio. *O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis*. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1968.
- PIMENTA, Paulo Roberto Lyrio. *Efeitos da decisão de inconstitucionalidade em Direito Tributário*. São Paulo, Dialética, 2002.